

MEMORY AND HISTORIOGRAPHY OF
THE PORTUGUESE REVOLUTION OF 1820

Memória e historiografia da revolução portuguesa de 1820*

Ana Cristina Araújo

Universidade de Coimbra

araujo.anacris@sapo.pt - <https://orcid.org/0000-0001-5267-8196>

Fecha recepción: 06.11.2023 / Fecha aceptación: 01.03.2024

Resumo

Diferentes manifestações de adesão e de rejeição e sucessivos tempos de exaltação e de esquecimento, ambos assumidos ao longo das épocas por diferentes grupos, indivíduos e instituições, contribuíram para fixar a memória histórica da revolução de 1820.

A partir de meados do século XX, consistentes leituras e interpretações sobre o triénio liberal português (1820-1823) vieram acentuar a complexidade do campo historiográfico. Com enfoques diferenciados, a historiografia rompeu com velhos paradigmas de interpretação, nomeadamente de tradição liberal e

Abstract

Different manifestations of adherence and rejection and successive times of exaltation and oblivion, both assumed throughout the ages by different groups, individuals and institutions, contributed to fix the historical memory of the 1820 revolution.

From the mid-20th century onwards, consistent readings and interpretations of the Portuguese liberal triennium (1820-1823) accentuated the complexity of the historiographical field. With differentiated approaches, historiography broke with old paradigms of interpretation, namely those of the liberal and repub-

* Agradeço os comentários e as observações críticas de José Luís Cardoso, Miriam Halpern Pereira, Zília Osório de Castro e Maria Alexandre Lousada.

republicana, e com a noção de revolução burguesa, de inspiração marxista, aplicada à emergência do liberalismo. Os mais recentes estudos têm procurado evidenciar as conexões ibéricas e atlânticas da conjuntura revolucionária. A importância da Constituição de 1822 para a história política e institucional portuguesa do século XIX tem sido estudada em articulação com a reação contrarrevolucionária iniciada em 1823 e com o triunfo posterior do constitucionalismo cartista. Numa perspetiva global, o enfoque colocado na emergência de um movimento internacional liberal da era pós-napoleónica tem contribuído para o estudo das conexões das revoluções da Europa do Sul.

Palavras Chave

Revolução de 1820, memória, historiografia, Portugal, mundo ibérico.

lican tradition, and with the Marxist-inspired notion of bourgeois revolution applied to the emergence of liberalism. The most recent studies have sought to highlight the Iberian and Atlantic connections of the revolutionary conjuncture. The importance of the Constitution of 1822 for Portuguese political and institutional history in the 19th century has been studied in conjunction with the counter-revolutionary reaction that began in 1823 and the subsequent triumph of Chartist constitutionalism. From a global perspective, the focus on the emergence of an international liberal movement in the post-Napoleonic era has contributed to the study of the connections between the revolutions in Southern Europe.

Keywords

Revolution of 1820, historiography, memory, Portugal, Iberian world.

Historicidade e narratividade: em torno de uma memória secular

Em Portugal, a herança constitucional de 1822 e o início da desconstrução do ideal de nação imperial – com independência do Brasil – atravessaram, de forma síncrona, a cultura política do século XIX, tendo sido interpretados por sucessivas gerações. Na sua origem, a historicidade do legado revolucionário foi fixada pelos contemporâneos que participaram ou que recusaram tomar parte nos acontecimentos. Todos eles tiveram a noção da excecionalidade do momento histórico que viveram conforme comprovam as memórias individuais, os testemunhos anónimos, os registos estatísticos e as compilações documentais coetâneas.

Os jornais, em franca expansão no período revolucionário, publicaram uma enorme quantidade de opiniões, pareceres e relatos de factos relevantes ocorridos após o pronunciamento militar de 24 de agosto de 1820, no Porto. Em busca de uma «História circunstanciada da Regeneração Portuguesa», anunciada no *Pregoeiro Lusitano*, os periódicos *Mnemosine Constitucional*, *O Analysta Portuense*, *O Independente*, *O Astro da Lusitania*, *O Português Constitucional*, *O Campeão Portuguez ou Amigo do Povo e do Rei* e outros órgãos de imprensa liberal, todos eles de existência efémera, concorreram para a construção de uma «memória do momento», dinâmica, conflitual e ajustada às circunstâncias históricas e ideológicas dos porta-vozes que mais se fizeram notar no triénio liberal (1820-1823). Respeitando o ângulo ideológico dos observadores sociais – incluindo-se aqui tanto os partidários liberais quanto os adeptos da contrarrevolução – deve admitir-se que a experiência do tempo histórico foi sendo fixada, alternadamente, pelos vencedores, conferindo às narrativas produzidas na época um forte traço de identificação entre Política e História. A esta linha de entendimento não escaparam as memórias e as reflexões dos liberais José da Silva Carvalho, Almeida Garrett, José Liberto Freire de Carvalho, José Maria Xavier de Araújo e Alexandre Herculano.

No *Portugal na Balança da Europa* (1830), Almeida Garrett, que na sua fase de juventude acompanhara com entusiasmo o curso da revolução, admitiu, dez anos passados, ser necessário criar consensos, moderar opiniões e rever a política internacional portuguesa depois das mudança ocorrida em julho de 1830, em França. Neste texto, o célebre escritor assumiu-se como profeta dos tempos vindouros, ao examinar factos, ideias e protagonistas «com a mestra história na mão»¹.

1. Garrett, s.d., p. 22.

Fiel desde sempre ao liberalismo moderado da Carta Constitucional de 1826, o historiador Alexandre Herculano, que procurou nas marcas do passado medieval uma via de reconhecimento do presente, acentuou o radicalismo dos homens de 1820, admitindo que estes haviam rodeado o trono de instituições democráticas e republicanas, condenando ao fracasso a Constituição².

A partir dos anos de 1830-1840, à semelhança do que se observava em França e em outras nações europeias, a historiografia portuguesa adquiriu uma feição marcadamente pragmática e cívica, funcionando para as elites políticas como um instrumento de consciencialização política. Com esta marca distintiva, a narrativa dos acontecimentos anteriores e posteriores à revolução de 1820 encontrou em Luz Soriano o seu primeiro grande cronista.

No largo conjunto dos títulos que este autor deu ao prelo, a *História da Guerra Civil e Estabelecimento do Governo Parlamentar* (1866-1890) destaca-se pela sua monumentalidade. Luz Soriano trabalhou, afincadamente, nesta obra até ao fim da sua vida. Publicada com um vasto suporte documental – cinco dos seus volumes são integralmente dedicados à edição de fontes históricas – dividiu-a em três épocas: a primeira termina na transferência da Corte para o Brasil em 1807; a segunda é consagrada ao período das invasões francesas em Portugal e contém amplas referências à guerra de independência e à Constituição de 1812 em Espanha; e a terceira, mais extensa, abarca o período compreendido entre 1814 e 1834. Esta última parte culmina com o triunfo liberal e é composta por sete tomos e dois volumes de documentos.

Para Luz Soriano, 1820 representou um momento único e sem retorno. Explicado pela conjuntura de ausência da família real, que partira para o Brasil em 1807, pela acentuada miséria social causada pelas invasões francesas, pelo despotismo dos governadores do reino e pelo excessivo controlo exercido por oficiais ingleses sobre o exército português, o pronunciamento militar do Porto de 24 de agosto de 1820, ao pretender pôr termo a uma situação social opressiva, criou, em seu entender, as condições para que a revolução de 1820 enveredasse pela via do radicalismo. O falhanço da revolução ficou portanto a dever-se ao desrespeito pelas instituições e tradições da monarquia e, como diz, à «pura e extemporânea democracia» que as Cortes procuraram impor³. Ao lançar as bases da historiografia política oitocentista, Luz Soriano, na linha de Edmund Burke, adotou o figurino liberal conservador subalternizando o legado vintista e fazendo prevalecer uma visão pessimista da natureza humana e tradicionalista da nação liberal⁴.

O desencanto das elites intelectuais em relação às vicissitudes de implantação do regime liberal encontrou eco no *Portugal Contemporâneo* (1881) de Oliveira Martins. A despeito da sua qualidade literária, esta obra não resultou de uma investigação histórica sistemática⁵. Fortemente influenciado pela corrente socialista de feição proudoniana e conhecedor das clivagens e dos conflitos gerados pelo liberalismo, Oliveira Martins procurou mostrar que as raízes e o espírito da nação não se coadunavam com as aspirações liberais. A sua inter-

2. Pina, 2003.

3. Soriano, 1882, t. II, Parte I, p. 3.

4. Pina, 2012.

5. Martins, 1881.

pretação suscitou, como não poderia deixar de ser, críticas e aplausos. No plano ensaístico, a réplica à interpretação de Oliveira Martins encontrou no julgamento de António Sérgio o avesso da imagem de um país dominado no século XIX pela intriga política e pela omnipresença dos sectários do absolutismo miguelista. Nas «Glosas sobre o Miguelismo de Oliveira Martins no ‘Portugal Contemporâneo’», António Sérgio denunciou a falta de «objetividade e espírito crítico do brilhante escritor oitocentista, contrariando a ideia de que os liberais constituíram “uma minoria ínfima”»⁶. Em seu entender, a história revelava, ao invés, o vigor e a prevalência, ao longo do século, dos ideais e projetos de reforma liberais.

Em defesa da tradição liberal colocaram-se os positivistas e republicanos. José de Arriaga procurou compreender a conjuntura vintista, enaltecendo o legado dos obreiros da revolução e a visão política dos fundadores do moderno constitucionalismo português. Na *História da Revolução Portuguesa de 1820. Ilustrada com os retratos dos patriotas mais ilustres daquela época* (1886-1889), a Constituição de 1822, com uma câmara única e impondo sérios limites ao poder régio, representou, no quadro da soberania da nação, um marco miliário na afirmação dos anseios democráticos do povo português⁷. A narrativa pormenorizada e documentada de José de Arriaga conferiu um sentido pedagógico ao processo revolucionário vintista e irmanou os ideais demoliberais da década de vinte às aspirações republicanas em fim de século. Ao reabilitar o sentido patriótico dos primeiros liberais, José de Arriaga emprestou um cunho popular à herança vintista, sem deixar de destacar as figuras que mais contribuíram para o êxito do movimento vintista⁸. Norteado pela intenção de dar um sentido teleológico à história que se iniciara em 1820 e que parecia tornar inevitável o advento da República, José de Arriaga encarou, portanto, a revolução como um tempo seminal em relação às aspirações da sua geração⁹.

No quadro do que se convencionou denominar «escola metódica», emergiu também a necessidade de compilação de fontes relativas à revolução de 1820 e à legislação liberal. Tomada como exigência primordial para a escrita da história, como já haviam evidenciado Luz Soriano e José de Arriaga, a edição de fontes foi um desígnio prosseguido por José Clemente dos Santos, em 1883, por Tomás Ribeiro, em 1891, e por Tomás Pires e Alberto Pimentel que se ocuparam da organização dos primeiros grandes repositórios documentais produzidos no triénio liberal. Em 1901, por iniciativa de António Tavares de Albuquerque, em colaboração com Augusto Carolino Correa de Lacerda e João Inácio Tavares, foi também publicado um útil Índice Alfabético e Remissivo *dos Trabalhos Parlamentares das Cortes* (1821-1823). Estes e outros contributos menores não despertaram, todavia, grande interesse nem tiveram imediata continuidade na investigação deste período, exceção feita à obra de Oliveira Lima, *D. João VI e o Brasil*, editada, no Rio de Janeiro, em 1901, portadora de uma interpretação

6. Sérgio, 1981, t. V, pp. 219-267.

7. Arriaga, 1886-1889.

8. Pina, s.d., consultado em 30 de maio de 2023, <https://dichp.bnportugal.gov.pt/>. Com um propósito idêntico ao de J. de Arriga, Victor, 1883.

9. Catroga, 1996, p. 111.

original sobre as conexões políticas do processo de independência do Brasil e as vicissitudes da mudança de regime na metrópole europeia.

Aquando do primeiro centenário da revolução de 1820 realizaram-se duas grandes exposições, conforme documentam o catálogo publicado pelo Museu Histórico, no Porto, em 1920, e o que se editou, em 1929, relativo à Exposição Iconográfica a D. João VI, promovida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses. A efeméride não passou também despercebida em outras cidades do país, nomeadamente em Coimbra e na Figueira da Foz, terra de nascimento de Fernandes Tomás, um dos mais ilustres tribunos e defensores da causa liberal. As notícias publicadas nos jornais locais da época dão conta das evocações cívicas e das festas promovidas para assinalar o 1º centenário da revolução de 1820¹⁰.

Das conferências produzidas na ocasião resultaram poucas publicações. O estudo de Marques Gomes, membro da Academia das Ciências de Lisboa, sobre *Integração de Aveiro no movimento liberal* (1920) e a memória de vulgarização de Agostinho Fortes intitulada *A Revolução de 1820 e a Constituição de 1822* (1932) inscrevem-se no pequeno conjunto de textos de divulgação, de cunho celebrativo, publicados nesse tempo. A par da vertente cívica das comemorações centenárias de 1917 – esta evocativa da condenação à morte do general Gomes Freire Andrade, considerado precursor da revolução de 1820 – e de 1920, a Academia das Ciências de Lisboa promoveu estudos científicos alguns dos quais publicados pela Imprensa da Universidade de Coimbra, como o de António Cabreira, *Análise da Revolução de 1820: Gomes Freire, Fernandes Tomaz, Sebastião Cabreira* (1921). Entre outras publicações periódicas que dedicaram notícias e divulgaram trabalhos alusivos à revolução, merece destaque a *Revista Militar* que promoveu a publicação de documentos e de novas reflexões sobre o papel do exército nos pronunciamentos de 24 de Agosto de 1820, no Porto, e de 15 de setembro de 1820, em Lisboa, e a respeito da contrarrevolução. Por fim, deve salientar-se que os principais monumentos portugueses alusivos à revolução liberal e aos movimentos que fizeram triunfar o constitucionalismo monárquico remontam, na maior parte, ao século XIX e a inícios do século XX, como bem demonstrou Magda Pinheiro¹¹.

A revolução liberal portuguesa em revisão: estudos precursores

As limitações impostas pelo Estado Novo (1926-1974) à livre produção intelectual e ao debate crítico afastaram os historiadores do século XIX. As universidades foram constringidas a excluir dos seus planos de estudo e de investigação temas e problemas da época contemporânea. É certo que a historiografia académica nem sempre foi abertamente ‘integralista’ ou salazarista, ainda que, sob a capa de uma pretensa neutralidade científica, se tenha colocado, frequentemente, à margem de interpretações abertamente críticas e democráticas¹². Não

10. Manuel Fernandes Tomás, *Catálogo da Exposição*, Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás, 1983.

11. Pinheiro, 2000.

12. Torgal, 1996, pp. 264-265.

houve, em todo o caso, uma produção historiográfica de vulto sobre a revolução vintista até aos anos sessenta do século passado. As interpretações que vinham do século XIX foram revistas e compendiadas em histórias gerais. Nesta linha, destacam-se dois marcantes estudos de Joaquim de Carvalho¹³. Este autor ensaiou, com acerto, um modelo de compreensão mais lato da conjuntura política dos anos vinte do século XIX, conferindo à Constituição de 1822 um lugar cimeiro na herança democrática e constitucional portuguesa. Os seus estudos abrem a *História do Regime Republicano em Portugal* (1930), dirigida por Luís de Montalvor e integram o volume VII da monumental *História de Portugal* (1928-1937) dirigida por Damião Peres. A primeira parte desta obra, dedicada à história política, apresenta um capítulo sobre os antecedentes da primeira revolução liberal, escrito por Damião Peres, tendo Joaquim de Carvalho desenvolvido, subseqüentemente, todos os assuntos relacionados com a implantação e irradiação do movimento revolucionário, a produção legislativa das Cortes e a Constituição de 1822. A compreensão dos limites do triénio liberal (1820-1823) é, por fim, objeto do capítulo consagrado à contrarrevolução. Mais tarde, em 1949, Joaquim de Carvalho, natural da Figueira da Foz, dedicou ao ilustre figueirense Manuel Fernandes Tomás um interessante estudo monográfico¹⁴.

Data também da década de trinta o texto que João de Barros escreveu com o título *A Revolução de 1820, a sua obra e os seus homens*, texto que ficou inédito e que foi publicado postumamente, tendo sua primeira edição ocorrido apenas em 2001¹⁵. A João de Barros e Joaquim de Carvalho, reconhecidamente opositores da ditadura salazarista, associou-se Julião Soares de Azevedo, também ele confesso democrata, a quem se deve uma das primeiras teses de licenciatura apresentadas à Universidade de Lisboa sobre a situação económica e social em 1820, editada depois com o título, *Condições económicas da Revolução Portuguesa de 1820* (1949)¹⁶. Tendo sido aluno de Vitorino Magalhães Godinho, Joaquim Barradas de Carvalho e Jorge Borges de Macedo – expoentes, cada um no seu campo, da profunda mudança operada na historiografia portuguesa a partir da segunda metade do século XX – Soares de Azevedo esboça uma compreensão integrada da revolução liberal de 1820 tendo em conta o contexto europeu ocidental (Inglaterra e França). Recusa reduzir a revolução ao campo das ideias políticas e rejeita a ideia de esta ter resultado de um amplo movimento popular. Ao considerar que a burguesia foi a base social de apoio da revolução, privilegiou a atuação de proprietários, comerciantes, industriais e legistas e secundarizou a ação da maçonaria na mobilização dos apoiantes do sistema liberal¹⁷.

13. Carvalho, 1930.

14. Carvalho, 1949.

15. Barros, 2001.

16. Azevedo, 1944.

17. Matos, (s. d.), consultado em 30 de maio de 2023, <https://dichp.bnportugal.gov.pt/>. J. Calasans retomou o tratamento da mesma problemática económica e social na síntese: *Os vintistas e a Regeneração económica de Portugal* (1959).

Na visão crítica deste período, A. H. de Oliveira Marques salientou a importância da «geração de 1939-45» ou da «escola de Lisboa»¹⁸. Esta geração, sensível ou não ao marxismo, cultivou, todavia, uma história mais focada nos fenómenos socioeconómicos, baseada na interdisciplinaridade e numa visão integrada dos fenómenos sociais.

Apesar do impulso inicial dado ao desbravamento desta área da história, o primado da história política continuava a ser preponderante, conforme comprovam o trabalho de pendor integralista de Fernando Campos, *O pensamento contra-revolucionário em Portugal no século XIX* (1931-1933) e a vasta obra de Ângelo Pereira sobre o governo no reinado de D. João VI¹⁹.

O alargamento de novas problemáticas e conceções historiográficas ocorreu nas décadas seguintes. Nos anos sessenta e setenta do século XX, várias monografias produzidas no interior e fora do meio universitário abriram promissoras perspectivas científicas em domínios como a economia, as instituições, a biografia, a atividade parlamentar, a literatura, a ideologia e a política. Este movimento de renovação começou por beneficiar da influência exercida pela corrente marxista e dos resultados acumulados pela historiografia francesa no tratamento de dados quantitativos de natureza económica e social.

Começando por situar as suas pesquisas no início do século XIX, Borges de Macedo definiu o método para o tratamento da história económica e os conceitos para o estabelecimento do quadro político. Na obra *O Bloqueio Continental. Economia e Guerra Peninsular* (1962), recorreu a dados do comércio externo português para evidenciar o múltiplo feixe de motivações subjacentes ao quadro de competição económica entre França e Inglaterra, nos alvares do século XIX. Com idêntico fôlego interpretativo, ocupou-se, muito mais tarde, da experiência política de um dos pais fundadores do moderno constitucionalismo português, Manuel Fernandes Tomás, entrevedo a ação deste magistrado e parlamentar à escala local e nacional²⁰.

Com o objetivo de transpor a lógica do apuramento estatístico para o enquadramento social das primeiras eleições liberais, Fernando Piteira Santos publicou, em 1962, *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, trabalho considerado inovador para a história social do vintismo²¹. Piteira Santos atribuiu um carácter burguês à revolução de 1820, cartografou as cidades e vilas que aderiram ao movimento revolucionário e, no quadro do sistema de eleição indireta, apurou o número e a profissão dos deputados eleitos nas várias províncias de Portugal continental. Com base nos resultados do sufrágio para as Cortes Constituintes de 1821 caracterizou a geografia eleitoral vintista, concluindo pela prevalência de juristas, lentes e profissionais liberais no hemiciclo parlamentar. Seguindo uma perspectiva marxista, fixou, em traços largos, os motivos da crise económica, comercial e financeira dos anos vinte a fim de mostrar que as aspirações da burguesia se identificavam com o ideal de regeneração da pátria.

O modelo marxista de interpretação da história foi também adotado por Victor de Sá. Perseguido em Portugal por motivos políticos, beneficiou de uma bolsa da Fundação Calouste

18. Marques, 1988, p. 49.

19. Campos, 1931-1933; Pereira, 1953-1958.

20. Macedo, 1995, pp. 545-589.

21. Santos, 1962.

Gulbenkian para elaboração de uma tese de doutoramento em França, dirigida por Léon Bourdon. A sua investigação foi conduzida à distância dos arquivos nacionais mas assenta numa vasta recolha de fontes impressas. Ainda assim, as conclusões a que chegou na tese depois publicada com o título, *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*, (1969), sendo discutíveis, não escamoteiam a complexidade conceptual das ideias que sedimentaram as aspirações sociais e políticas das primeiras gerações liberais e socialistas portuguesas²². Com o apoio dos membros do Institut d'Études Portugaises et Brésiliennes da Sorbonne e em diálogo com conhecidos historiadores, como Pierre Vilar, Ernest Labrousse e Albert Silbert, Victor de Sá semeou mais do que colheu, levantou hipóteses de trabalho e evidenciou os silêncios e os desfasamentos da historiografia portuguesa. Para além disso, no seu esforço de compreensão do passado, sempre se apresentou honestamente perante os seus leitores como um historiador ideologicamente comprometido.

Nos anos sessenta e setenta, a emigração portuguesa em França, particularmente significativa, contou com um núcleo ativo de intelectuais e políticos, alguns deles exilados. Aí viveram, em tempos diferentes, diversas gerações de historiadores: Vitorino Magalhães Godinho, Joaquim Barradas de Carvalho, Miriam Halpern Pereira, Manuel Villaverde Cabral, José António Saraiva e António Coimbra Martins. Para além dos contactos mantidos por estes historiadores com os mais representativos nomes da historiografia francesa, importa considerar as obras dos lusitanistas Silbert e Boisvert.

Antigo aluno de Marc Bloch, Georges Lefebvre e Fernand Braudel, Albert Silbert interessou-se pela história do mundo ibérico após a segunda guerra mundial, impelido, em parte, pelo impacto provocado pela Guerra Civil de Espanha²³.

Elegeu como campo primordial de investigação a história agrária em Portugal na transição do século XVIII para o século XIX. Recolheu documentação em arquivos nacionais e procurou respostas para os problemas colocados pelo grande geógrafo português Orlando Ribeiro a respeito da estrutura da propriedade fundiária na Beira Baixa e no sul do país, vindo a defender, em 1964, perante um júri integrado por Fernand Braudel, Ernest Labrousse e Pierre Vilar, a sua monumental tese de doutoramento, *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIIIe - début du XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. Na sequência deste estudo primordial para a compreensão da arquitetura de poderes no Antigo Regime e para se entender a resistência desencadeada pela população rural ao liberalismo em Portugal, Silbert explorou e deu a conhecer as petições e memórias enviadas às Cortes de 1821-1823, existentes na Comissão de Agricultura da Assembleia da República em *Le Problème agraire portugais au temps des premières Cortes libérales* (1968). Com base em documentação diplomática inédita, depositada no Arquivo dos Negócios Estrangeiros, em Paris, analisou a posição de Portugal no quadro das relações internacionais após a revolução francesa, a sua política interna e externa e as ideias económicas e sociais de figuras desse tempo. Muito respeitado pelos seus pares em França e Portugal, continuou a publicar contributos

22. Sá, 1974.

23. Entrevista a Albert Silbert conduzida por Magda Pinheiro, *Ler História* n.º 5, 1985, p. 121.

importantes para a história do século XIX. Alguns destes trabalhos foram compilados no volume intitulado *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista* (1972)²⁴. Depois de implantada a democracia em Portugal, os seus livros e artigos tornaram-se referências fundamentais no meio académico português, contribuindo para cimentar um interesse renovado pela história económica, social e política do período liberal²⁵.

No domínio da história da imprensa liberal, o lusitanista Georges Boisvert, que iniciou a sua carreira universitária em Poitiers (1970) desenvolveu uma profícua investigação em torno de um exilado político liberal João Bernardo da Rocha Loureiro. Publicou, com um cuidado estudo introdutório, os *Memoriais a Dom João VI*, originariamente impressos no jornal de exílio que aquele publicista fundara e dirigira em Londres, *O Portuguez ou Mercurio político, comercial e literário*, (1814-1822). Ao jornalismo de Rocha Loureiro – que passou por Madrid e Cádiz e permaneceu longos períodos em Inglaterra, onde viveu de 1813 a 1821 e de 1823 a 1835 – dedicou mais dois valiosos estudos, o primeiro com data de 1974, em Lisboa, e o segundo, mais denso e abrangente, em Paris, no ano de 1982. Este último trabalho de Georges Boisvert, intitulado *Um Pionnier de la Propagande Liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)* serviu de modelo a outras investigações centradas na imprensa de exílio e no papel exercido pela opinião pública em inícios do século XIX²⁶.

Num tempo de apertada censura do Estado Novo, a problemática da liberdade de imprensa funcionou como tema chamariz da oposição, conforme evidencia a coletânea documental com discursos parlamentares e projetos de lei discutidos e aprovados nas Cortes em 1821, organizada e prefaciada por Augusto da Costa Dias, *Discursos sobre a liberdade de Imprensa no primeiro Parlamento Português (1821)*²⁷. Esta obra saiu com a chancela da Portugália Editora, em 1966. O seu organizador, membro do partido comunista e opositor ao regime de Salazar e de Marcelo Caetano, era, à época, diretor literário daquela importante casa editora.

Apesar dos constrangimentos impostos pela ditadura, o meio editorial contribuiu para expandir e dar visibilidade a novas perspetivas historiográficas, evidenciando abertura a diferentes métodos e a um conjunto vasto de objetos de estudo. Neste contexto, o *Dicionário de História de Portugal* (DHP), dirigido por Joel Serrão e publicado entre 1963 e 1971, teve um enorme impacto no meio académico. Torna-se difícil reconhecer uma mesma matriz identitária, do ponto de vista teórico e metodológico, no vasto leque de colaboradores que ajudaram a erguer o DHP. De todo o modo, este ambicioso instrumento de trabalho procurou ser um «veículo essencial da “História Nova” no país, desempenhando um papel análogo ao que os *Annales* haviam desempenhado em França, desde a sua fundação, três décadas mais cedo (1929)»²⁸. Sobre a revolução liberal, os verbetes «Constituição»²⁹, da autoria de Mário Soares,

24. Silbert, 1966; Silbert, 1968; Silbert, 1972.

25. Ferreira, s.d., consultado em 30 de maio de 2023, <https://dichp.bnportugal.gov.pt/>.

26. Boisvert, 1973; Boisvert, 1982; Santos, 1982, pp. 469-537; Alves, 1992.

27. Dias, 1966.

28. Mendes, 1996, p. 319

29. Soares, 1971.

«Liberalismo» e «Vintismo», ambos escritos por Joel Serrão³⁰, mostravam que havia um vasto conjunto de temas e problemas a explorar para além do que era sabido.

Num outro plano, mas contribuindo igualmente para o alargamento da comunidade de leitores e para o despertar de uma nova forma de apreensão do passado próximo, a Editorial Inova – conhecida antes do 25 de abril de 1974 pelo seu ousado programa de publicações – incluiu na Coleção Civilização Portuguesa, obras fundamentais e coletâneas de textos e materiais para o estudo questões consideradas fundamentais para a compreensão do século XIX. A *Antologia do Pensamento Político Português – Liberalismo, Socialismo, Republicanismo* (1970), organizada e prefaciada por Joel Serrão, fez parte desse programa. Buscando explicitar a intenção subjacente à compilação de tão importantes textos, Joel Serrão justificava que neles reluzia «a primeira fase do invento e apropriação da atitude revolucionária em Portugal»³¹.

O interesse despertado pela história das ideias e do pensamento político repercutiu-se, sobretudo a partir da década de 70, em trabalhos apresentados a provas académicas. Sem se apartarem, inicialmente, da literatura e da filosofia, os estudos pioneiros começaram por conferir uma dimensão primacial à investigação de carácter histórico-biográfico de figuras cimeiras da literatura e da política anteriores e posteriores à revolução liberal. De Almeida Garrett (1799-1854), intrépido defensor da liberdade e introdutor do romantismo literário em Portugal, se ocupou, na sua tese de doutoramento, Ofélia Paiva Monteiro. Em perspetiva crítica e com recurso a abundante documentação inédita, tratou, a fundo, o período de formação intelectual e a fase inicial de afirmação pública do intelectual do escritor, publicista e político³². A sua leitura, considerada clássica, compagina-se, de resto, com a sistematização social e cultural do Romantismo em Portugal proposta, em 1974, por José-Augusto França³³.

Se a glória de Garrett assentou no fulgor do seu combate pela liberdade e na excelência da sua obra literária³⁴, outras figuras contemporâneas, primaram pelo sentido de compromisso que imprimiram à ação política em prol da defesa do regime liberal. Neste contexto, impunha-se estudar a figura do beneditino Frei Francisco de São Luís, autor do «Manifesto da Nação Portuguesa aos soberanos povos da Europa», um dos mais importantes documentos justificativos da «memorável» mudança política ocorrida em agosto de 1820. Concebido com grande moderação e bom travejamento teórico, este texto visava acautelar, no quadro de relações internacionais da época, qualquer ingerência externa na política interna de Portugal. Proclamada a vitória da causa liberal, Frei Francisco de São Luís integrou a Junta Provisional do Governo, que se formou no Porto, a Regência do Reino, em Lisboa, nomeada pelas Cortes Constituintes, em janeiro de 1821, e foi depois designado bispo de Coimbra e reitor reformador da Universidade. A este liberal moderado que haveria de ascender ao cardinalato, em 1843, dedicou Luís António de Oliveira Ramos a tese de doutoramento, *O Cardeal*

30. Serrão, 1971.

31. Serrão, 1970, 1 p. 5.

32. Monteiro, 1971.

33. França, 1979.

34. Machado, 1993; Machado, 2023; Sousa, 2023.

Saraiva (1972). Por opção do autor, o travejamento biográfico do ilustrado beneditino serviu sobretudo para iluminar as facetas mais relevantes da sua atividade e pensamento no plano eclesiástico e nos domínios da memória e da história. Num outro trabalho, Luís Oliveira Ramos salientou, com evidentes testemunhos documentais, as origens sociais e ideológicas do liberalismo na cidade do Porto (Ramos, 1980)³⁵.

Conexões da revolução portuguesa no espaço atlântico e na Europa do sul

Sendo o resultado da relação do discurso com as técnicas e os recursos documentais que a produzem, a história é condicionada pela trajetória intelectual e pelo posicionamento crítico do/a historiador/a perante o presente. Dentro do mosaico de contribuições que temos vindo a analisar, a formação dos historiadores portugueses e estrangeiros que se dedicaram à história do período liberal contribuiu, como vimos, para acentuar a complexidade do campo historiográfico. Os velhos paradigmas de interpretação, ancorados quer na visão demo-republicana, quer na noção de revolução burguesa de inspiração marxista aplicada à emergência do liberalismo, passaram a coexistir com outros enfoques mais orientados para a compreensão das ideologias em conflito e para o lastro social, cultural, religioso, económico e político dos homens que fizeram a revolução de 1820. Os traços que vincularam ideias, instituições e representações conflituantes no triénio de 1820-1823 e que sobressaíram nos trabalhos de um conjunto significativo de historiadores nas diversas universidades portuguesas tornaram-se particularmente notados a partir da década de 70.

Na Universidade de Coimbra, Silva Dias iniciou uma vasta investigação sobre o período vintista, com recurso a fontes diplomáticas e de arquivo, nacionais e estrangeiras. Em *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal* (1980) identificou programas políticos e estabeleceu a tipologia dos grupos liberais em presença no vintismo, realçando o papel dos moderados e gradualistas por oposição aos radicais liberais e aos conservadores³⁶. Motivou ainda uma equipa de jovens investigadores para tratar, de forma sistemática, do ponto de vista da história das ideias, o liberalismo e a contrarrevolução. Neste grupo, Luís Reis Torgal reconstituiu a biografia de José da Gama e Castro e aprofundou as bases ideológicas da contrarrevolução, em trabalho de fôlego publicado no âmbito do seminário de Cultura Portuguesa³⁷. Na mesma coleção e sob a mesma orientação científica, conheceram a luz do prelo outras teses de licenciatura, nomeadamente a de José da Horta Correia de capital importância para a compreensão da papel do clero e dos programas de reforma das congregações religiosas no trié-

35. Ramos, 1972; Ramos, 1980.

36. Dias, 1980.

37. Torgal, 1973.

nio liberal³⁸; a tese de José Esteves Pereira que fixou o nexo de atuação de Silvestre Pinheiro Ferreira, diplomata e ministro de D. João VI, e evidenciou a evolução da sua teoria política³⁹; e a tese de Jaime Raposo Costa sobre a legislação e a produção discursiva em torno das ideias de liberdade, de opinião, política, religiosa e económica, no vintismo⁴⁰.

Formado igualmente na escola de Silva Dias, António Joaquim da Silva Pereira ocupou-se do pensamento tradicionalista e do impacto do jornalismo político no vintismo⁴¹. Os estudos sobre teoria política e história do constitucionalismo liberal, realizados após a revolução democrática de 25 de abril de 1974, prosseguiram com Zília Osório de Castro, autora de importantes trabalhos⁴² e de uma magistral tese de doutoramento sobre uma das figuras maiores do vintismo, Borges Carneiro, tese que foi apresentada, em 1987, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa⁴³. Sob a orientação de Zília Osório de Castro foram elaboradas perto de duas dezenas de dissertações de mestrado e doutoramento sobre figuras, doutrinas e práticas políticas, de expressão liberal e conservadora, determinantes para a compreensão do curso da revolução vintista. O seu continuado e aturado trabalho de investigação e de tutela científica encontraram eco no Seminário Livre de História das Ideias da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Com a colaboração inúmeros pesquisadores, Zília Osório de Castro publicou, em 2002, o *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821- 1823 e 1826-1828)*⁴⁴. Antes da publicação deste precioso e útil instrumento de pesquisa, elaborou, com outros autores, a obra *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*⁴⁵. A sua persistente atividade científica – patente na ligação que mantém com a Assembleia da República, na qualidade de coordenadora editorial da coleção grandes oradores – levou-a a editar, recentemente, a versão integral da obra seminal de Borges Carneiro⁴⁶.

Desde os anos oitenta que a incidência colocada na biografia política se projetou em estudos mais amplos, construídos a partir de expressivos percursos liberais. Isabel Nobre Vargues escreveu sobre *Vintismo e radicalismo liberal. João Maria Soares Castelo Branco*⁴⁷, e, em coautoria com Luís Reis Torgal, publicou *A Revolução de 1820 e a instrução pública*⁴⁸. Com o

38. Correia, 1974.

39. Pereira, 1974; Nizza da Silva, 1975.

40. Costa, 1976.

41. Pereira, 1977, pp. 179-204; Pereira, 1978, pp. 119-161.

42. Sem preocupação de exaustividade, Castro, 1977, pp. 119-157; Castro, 1978, pp. 171-230; Castro 1986, pp. 597-561; Castro, 1991a, pp. 165-187; Castro, 1991b, pp. 357-365; Castro, 1993, pp. 663-679; Castro, 1996a, pp. 183-213; Castro, 1999, pp. 389-399; Castro, 2003, pp. 83-103; Castro, 2019, pp. 33-53.

43. Castro, 1990.

44. Castro, 2002.

45. Castro, 1996b.

46. Carneiro, 2017.

47. Vargues 1981, pp. 177-215.

48. Torgal e Vargues 1984.

propósito de desvendar outras facetas do movimento liberal acercou-se da formação intelectual de parlamentares e publicistas regeneradores⁴⁹. Na sequência de uma extensa pesquisa, apresentou, em 1993, a sua tese de doutoramento, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, intitulada *A aprendizagem da cidadania. Contributo para o estudo da cultura política vintista*⁵⁰. Neste estudo, compagina a emergência de nova consciência de cidadania com os princípios de liberdade política e com as práticas culturais triunfantes no tempo da revolução, conferindo particular atenção às festas e representações públicas ocorridas no triénio liberal. Com um entendimento alargado da cultura vintista, assinou ainda uma breve síntese sobre a revolução de 1820 na *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso⁵¹. Numa perspetiva global, o tema da cidadania liberal, associada ao direito constitucional, foi também objeto de tratamento na longa duração, ou seja, desde a matriz vintista até aos nossos dias⁵².

A renovação do interesse pela história contemporânea portuguesa deu lugar, recentemente, ao aparecimento de releituras mais teóricas sobre o liberalismo em Portugal⁵³. Por outro lado, a marca específica da revolução de 1820 passou a ser percebida num contexto global como evidencia a recente *História Contemporânea de Portugal*, dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro (2003)⁵⁴. Tendo como alvo um público alargado de leitores, não se pretende restaurar uma visão nacionalista do passado, mas «destacar que uma perspetiva ibérica e atlântica da história portuguesa permite descobrir conexões e estabelecer uma agenda temática diversa»⁵⁵.

Em reforço da mesma orientação, José Luís Cardoso sustenta que para : «se compreender a ocorrência das revoluções importa atender à forma como foram ouvidas e geridas as pressões e insatisfações populares, ao impacto que tiveram manifestos, reclamações, e movimentos peticionários, às imagens construídas sobre o papel dos reis e príncipes como depositários de soluções de bom governo dos povos, à maturidade revelada na defesa da bondade de princípios constitucionais de aplicação universal. E, acima de tudo, importa perceber como é que esses diversos elementos se combinaram em conjunturas específicas e propícias a desenlaces de ruptura. Neste sentido, a análise dos acontecimentos mais marcantes da revolução liberal beneficia do conhecimento do contexto dos movimentos revolucionários coevos que ocorreram na Europa do Sul»⁵⁶, conforme evidenciam também estudos internacionais recen-

49. Vargues, 1991, pp. 207-262.

50. Vargues, 1997.

51. Vargues, 1993, pp. 47-63.

52. Moreira e Domingues 2022.

53. Albuquerque, 2020.

54. Vejam-se também Ramos, 2009, pp. 439-478; Serrão e Marques, 2002.

55. Pinto, Monteiro, 2003, p. 17.

56. Cardoso, 2020a, p. 15.

tes que inovam na metodologia e nos campos de comparação usados para análise global das revoluções ocorridas em Nápoles, Espanha, Portugal e Grécia⁵⁷.

Num outro plano, importa atender ao modo como, no decurso do processo revolucionário, as ideias foram agidas, ou melhor, como se traduziram em atos as aspirações de mudança coletiva⁵⁸. Quanto aos reais protagonistas da revolução, Manuel Fernandes Tomás, pela relevância da sua ação política tem sido bastante estudado. Reconhecendo o alcance da sua obra em tempo de «revoluções convergentes» na Europa meridional e tendo presente o legado fundamental de José Tengarrinha, a quem se deve a organização da primeira coletânea de escritos de Manuel Fernandes Tomás publicada em 1974, José Luís Cardoso preparou, para assinalar o bicentenário da revolução, uma edição crítica dos *Escritos Políticos e Discursos Parlamentares (1820-1822)* de Manuel Fernandes Tomás⁵⁹. Tanto no seu livro considerado clássico, *Manuel Fernandes Tomás. Ensaio Histórico-Biográfico*, como na edição de *Escritos Políticos e Discursos Parlamentares*⁶⁰ não descurou o aparecimento de novas leituras sobre a vida e obra de Fernandes Tomás, nomeadamente o verbete de Sara Marques Pereira no *Dicionário do Vintismo e do Cartismo*⁶¹ particularmente útil para a identificação das suas intervenções parlamentares, e o livro de Cecília Honório que contextualiza e caracteriza bem o tempo, o modo e a primazia da ação política deste ímpar tribuno do vintismo⁶².

A bibliografia disponível sobre algumas figuras que marcaram a cultura do vintismo tem contribuído para uma avaliação mais rigorosa das trajetórias individuais e para uma melhor compreensão das tensões político-ideológicas instaladas no espaço público no primeiro quartel do século XIX. Às esclarecedoras entradas sobre todos os parlamentares vintistas do *Dicionário do Vintismo e do Cartismo* acrescem outros trabalhos académicos centrados na vida, obra e ideias de José Ferreira Borges⁶³, Francisco Soares Franco⁶⁴, Marino Miguel Franzini⁶⁵, José da Silva Carvalho⁶⁶, José Joaquim Ferreira de Moura⁶⁷, Luís Mouzinho de Albuquerque⁶⁸ e Solano Constâncio⁶⁹. Conhecem-se também melhor as relações de parlamentares, publicistas, diplomatas e governantes liberais com a maçonaria⁷⁰. Ao nível da participação política, a linha de pesquisa iniciada por Maria Carlos Radich sobre sociedades e

57. Isabella, 2009; Canal, 2017; Isabella, 2023.

58. Catroga, 2008a; Catroga, 2008b.

59. Cardoso, 2020b.

60. Cardoso, 2020a; Cardoso, 2020b.

61. Pereira, 2002, pp. 812-827.

62. Honório, 2009.

63. Dias, 1988; Moreira e Domingues, 2021.

64. Câmara, 1989.

65. Nunes, 1988.

66. Com mais informação, veja-se, AA. VV, 2022b.

67. Araújo, 1984.

68. Pinheiro, 1992a.

69. Sousa, 1988.

70. Dias, 1980; Marques, 1990; Ventura, 2013; Costa, 2018.

clubes patrióticos foi recentemente retomada e enquadrada numa perspetiva transnacional⁷¹. Paralelamente, a afirmação da cidadania liberal não deixa de estar relacionada com alguns traços do movimento peticionário vintista⁷².

A abolição do Antigo Regime, iniciada em 1820 e que demoraria mais de uma década a concretizar-se, foi objeto de profunda reflexão por parte de Miriam Halpern Pereira que definiu com clareza os problemas conceptuais e a cronologia deste processo⁷³. Partindo de uma sólida investigação avançou na elucidação das reformas de Mouzinho da Silveira, fundamentais para a consolidação da sociedade e do Estado liberal⁷⁴. Considerando o conjunto da produção historiográfica sobre o vintismo outros contributos fundamentais surgiram também sob sua orientação científica, no âmbito do Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE. A estruturação do Estado liberal e a crise do Antigo Regime ganharam grande relevo com o tratamento sistemático da imensa documentação inédita conservada no Arquivo Parlamentar. A edição crítica de memórias e petições endereçadas às diferentes comissões das Cortes e a outras instituições da monarquia foi acompanhada de rigorosas interpretações históricas. Sob direção de Miriam Halpern Pereira elaboraram-se 5 volumes monográficos para a coleção intitulada *A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822*. Os estudos incluídos nesta coleção condensam relevantes contributos sobre a organização dos sectores do comércio e da indústria incluindo as dinâmicas sociais dos grupos envolvidos nestas atividades económicas⁷⁵; sobre as práticas de exercício da justiça civil e articulação dos poderes legislativo, executivo e judicial⁷⁶; sobre a questão fiduciária, a amortização da dívida pública e sistema financeiro⁷⁷; e sobre a organização da saúde pública⁷⁸. A legislação económica do vintismo, os aspetos relacionados com a fiscalidade, a situação financeira do país e o sistema bancário continuaram, apesar de tudo, bem presentes na agenda historiográfica portuguesa⁷⁹.

Partindo da documentação depositada na comissão de assuntos religiosos constituída no âmbito das Cortes em 1821 e com recurso a outras fontes, rastream-se linhas de fratura no seio da igreja, com destaque para a posição da hierarquia eclesiástica e para a movimentação do clero no triénio liberal, conforme evidenciam os trabalhos de Ana Mouta Faria⁸⁰, Manuel Augusto Rodrigues⁸¹, João Roque e João Marinho dos Santos⁸². No domínio da história social

71. Radich 1982, pp. 117-142; Araújo e Silva, 2022b; Silva, 2022, pp. 141-156.

72. Cerezales, 2022, pp. 97-113; Cruz, 2022.

73. Pereira, 1983, pp. 3-14.

74. Pereira, 1989.

75. Pereira, 1992; Pereira, 2020b.

76. Vieira 1992a; Vieira, 1992b; Vieira, 2020.

77. Pinheiro, 1992b.

78. Oliveira, 1992.

79. Silveira, 1987, pp. 505-529; Cardoso 1991, pp. 471-488; Cardoso 2021.

80. Faria, 1989, pp. 301-331; Faria, 1992, pp. 285-328; Faria, 2006.

81. Rodrigues, 1980, pp. 407-428.

82. Roque e Santos 1977.

e institucional, o clima de insatisfação motivado pelo agravamento da conjuntura económica e pela agitação popular concitou a atenção de José Subtil que explorou, particularmente, a questão da criminalidade e alguns aspetos relacionados com o exercício da justiça no vintismo⁸³. Em correlação com este tema, o tratamento do sistema penal e penitenciário no período liberal foi empreendido por Maria José Moutinho Santos⁸⁴. Do ponto de vista estrutural, os múltiplos fatores de continuidade que persistiram, sobretudo no mundo rural, ao longo da primeira metade do século XIX, foram também claramente identificados e estudados⁸⁵.

Bem vistas as coisas, deve acrescentar-se que o imenso volume de pesquisas que acabamos de sinalizar e o conseqüente alargamento de orientações historiográficas em torno da revolução de 1820 beneficiou, enormemente, dos primeiros debates científicos e colóquios internacionais sobre a «era das revoluções» e o século XIX promovidos, nos anos oitenta do século passado, pelas universidades de Lisboa⁸⁶, Coimbra⁸⁷ e Porto⁸⁸. Desde logo se tornou clara a intenção, bem expressa por Miriam Halpern Pereira, de incentivar «o intercâmbio de ideias entre os centros científicos nacionais e entre estes e investigadores de outras nacionalidades que se têm dedicado ao estudo da história peninsular» (Pereira, 1981, I, 9). Na sequência da abertura iniciada no meio académico⁸⁹, as principais revistas da especialidade, com destaque para a *Ler História*, *Análise Social*, *Revista de História das Ideias*, *Revista Portuguesa de História*, *Cultura*, *História e Filosofia* e *Revista de História* acolheram e deram a conhecer, em artigos de revisão e de investigação, importantes resultados de pesquisas de historiadores nacionais e estrangeiros.

83. Subtil, 1986; Subtil, 1994; Subtil, 2022, pp. 57-79.

84. Santos, 1998.

85. Costa, Domingues e Monteiro, 1994; Alves, 2012.

86. Vide *Análise Social* (vol. XVI, 61/62, 1980) dedicado ao século XIX em Portugal, que reúne as comunicações apresentadas ao colóquio de 1979, com a coordenação de Jaime Reis, Maria Filomena Mónica e Maria de Lourdes Lima dos Santos e os dois volumes das atas do colóquio *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX* (1982), coord. Miriam Halpern Pereira, Fátima Sá e Melo Ferreira e João Serra. Lisboa: Sá da Costa.

87. Os Institutos de História e Teoria das Ideias e de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em parceria com o Departamento de História da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade Complutense de Madrid e tendo como interlocutor A. Gil Novales, realizaram dois colóquios internacionais subordinados ao tema: *A Revolução Francesa e a Península Ibérica*. O primeiro teve lugar em fevereiro de 1986, em Madrid, tendo as comunicações apresentadas ao referido encontro sido publicadas na *Revista Estudios de Historia Social*, 36-37, 1986; e o segundo realizou-se, em Coimbra, em março de 1987, com a presença e participação de Michel Vovelle, Presidente da Comissão Internacional de História da Revolução para o Bicentenário. Estas comunicações saíram impressas na *Revista Portuguesa de História*, XXIII, 1987 e na *Revista de História das Ideias*, 10, 1988.

88. O Colóquio *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*, realizado por iniciativa da Faculdade de Letras do Porto, em novembro de 1989, teve as respetivas atas publicadas, pela Universidade do Porto, em 1992.

89. Assinaladas por Pereira, 1994, pp. 228-255; Tengarrinha, 1997, pp.19-63; Monteiro, 1989, pp. 57-65; Ramos, 1989 e Ramos, 1990, pp.155-218.

A par das dinâmicas revolucionárias, as linhas de força do período pré-revolucionário passaram a estar centradas na desarticulação do Estado em finais de Antigo Regime, no impacto que teve a perda do exclusivo comercial na economia continental portuguesa, na questão da legalidade/legitimidade da regência do reino na fase pré-revolucionária e na contestação política que ocorreu no período marcado pela deslocalização da corte portuguesa da Europa para a América Portuguesa (1807-1820). Para uma visão integrada destes aspetos, com enfoque principal na problemática imperial, são relevantes as interpretações globais de Valentim Alexandre⁹⁰ e de Gabriel Paquette⁹¹. Para o entendimento da governação neste período é igualmente importante, pelas informações que fornece, o estudo André Mansuy-Diniz Silva⁹² sobre as reformas projetadas e levadas a cabo por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do príncipe regente D. João, o conhecimento do pensamento reformista de figuras cimeiras do mundo académico como António Ribeiro dos Santos⁹³, bem como a avaliação crítica da política económica da monarquia portuguesa na conjuntura pré-revolucionária⁹⁴.

No horizonte da historiografia portuguesa, novos testemunhos e estudos convidaram a rever o modo de funcionamento dos governos de regência, em Lisboa, dando a conhecer fraturas internas entre militares e civis na condução da política interna, fornecendo novos dados em relação à diplomacia do tempo, e, sobretudo, avaliando de modo mais profundo os sinais de contestação e de revolta que se avolumaram a partir da conspiração de Gomes Freire (1817)⁹⁵. O descontentamento do setor militar e a complexa trama social e institucional de suporte ao pronunciamento de 1820 impuseram ainda o questionamento do poder do exército na estrutura do Estado, anterior e posterior à revolução⁹⁶.

O conjunto de trabalhos que seleccionámos evidenciam tensões e dinâmicas específicas no processo de implantação e queda do primeiro liberalismo português e permitem pôr a descoberto temporalidades e diferenças nos processos revolucionários peninsulares, desde o tempo das campanhas napoleónicas na Península Ibérica. O olhar recíproco de Portugal e Espanha na década que antecedeu a revolução liberal libertou-se da estrita perspetiva história militar⁹⁷. No plano ideológico, as invasões francesas em Portugal e a guerra da independência em Espanha produziram diferentes resultados políticos. Neste capítulo são esclarecedoras as perspetivas abertas por um conjunto de estudos, mais atentos à resistência popular, às diferenças de comportamento dos poderes públicos, ao discurso justificativo das elites portuguesas e à dessacralização da linguagem política⁹⁸.

90. Alexandre, 1993.

91. Paquette, 2013.

92. Silva 2002; Silva, 2006.

93. Pereira, 1983.

94. Cardoso, 2001, pp. 65-109; Pedreira, 2021, pp. 15-67.

95. Araújo, 2012; Pereira e Araújo, 2018.

96. Costa, 2010; Valente, 1997.

97. Ventura e Sousa, 2007.

98. Valente, 1979, pp. 7-48 ; Araújo, 1985, pp. 7-90; Gotteri, 2006; Vicente, 2000; Pereira das Neves, 2008; Sardica, 2011; Tengarrinha, 2011, pp. 57-72; Capela, Matos e Borralheiro, 2008; Moliner Prada, 2010, pp.

A movimentação popular absolutista, que ressurgiu com a contrarrevolução de 1823, recuperou não só o imaginário político de influentes agentes locais, mas também a capacidade discursiva de autores e propagandistas reacionários, ativos desde o tempo das invasões francesas⁹⁹. Numa outra perspetiva, a opinião pública, graças aos trabalhos pioneiros de José Tengarrinha¹⁰⁰ permanece como conceito operativo particularmente útil para a compreensão da explosão observada durante as invasões francesas de periódicos, panfletos, manifestos, folhetos, caricaturas e literatura de cordel¹⁰¹. A luta política suportada pela imprensa acabou por criar as condições necessárias para a disseminação da propaganda liberal, como salientámos em *Resistência Patriótica e Revolução Liberal 1808-1820*¹⁰². A maioria dos estudos fundamentais que temos vindo a referir, para além de outros contributos convergentes¹⁰³, insistem nas conexões ibéricas e atlânticas da revolução e da contrarrevolução, colocando esta orientação na primeira linha da atual agenda historiográfica portuguesa¹⁰⁴.

Se o lastro internacional dado à causa das nações governadas por regimes representativos e modelos constitucionais modernos se repercutiu tardiamente em Portugal, facto que por si só define uma problemática importante no quadro de uma análise comparada, também a crise do sistema governativo português, evidenciada pela transferência da corte para o Brasil, tem ocupado um lugar central na historiografia deste período. Sobre estes assuntos muito se tem escrito e pesquisado. Fixando o essencial de um vasto conjunto de contribuições e, portanto, isolando obras de referência obrigatória na historiografia portuguesa, importa considerar a originalidade da criação régia do Reino Unido, Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822)¹⁰⁵, a cuidada investigação arquivística respeitante à regência e reinado de D. João VI¹⁰⁶, a monografia dedicada ao mesmo monarca¹⁰⁷, os artigos do dossiê sobre os tratados luso-britânicos de amizade e comércio de 1808 e 1810 publicados na revista *Ler História* (2006) a organização do importante volume *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*¹⁰⁸ e a coletânea de estudos reunida sob o título *O reino sem Corte 1807-1821*¹⁰⁹. No âmbito da comemoração do duplo bicentenário da primeira Constituição escrita portuguesa e da independência do Brasil merecem ainda destaque os números da *Revista de História Ideias* dedicados aos Li-

109-138; Ventura, 2010, pp. 285-301; Costa, 2008, pp. 95-132; AA. VV., 2009.

99. Lousada, 1987; Silva, 1993; Lousada e Ferreira 2006; Cardoso, 2007; Moreira e Domingues, 2023.

100. Tengarrinha, 1989; Tengarrinha, 2003; Tengarrinha, 2013.

101. Ferreira, 1992; Alves, 2000; Araújo, 2008, pp. 125-139; Alves, 2013; Machado 2019.

102. Araújo 2022a.

103. Eiras Roel 1963, pp. 401-454, Vargues, 1986, pp. 203-210; Araújo 1986, pp. 267-274.

104. Pereira, 2000a, pp. 39-64; Ramos e Monteiro, 2012, pp. 379-410; Araújo, 2021, pp. 53-83.

105. Araújo, 1992, pp. 233-261.

106. Martins, 2007.

107. Pedreira e Costa, 2006.

108. Cardoso, Monteiro e Serrão, 2010.

109. Faria e Amorim, 2011.

*beralismo e a Imprensa, Independência e Constituição*¹¹⁰, a edição especial dos *Cadernos do Arquivo Municipal* dedicada ao tema *A Revolução Liberal e a Monarquia Constitucional*¹¹¹, a publicação da obra *1822. Das Américas portuguesas ao Brasil*¹¹², as revisões críticas propostas por Lúcia Bastos Pereira das Neves¹¹³ e pelos historiadores que integram a obra coletiva *As singularidades da Independência do Brasil* (2022) mas também por Nuno Gonçalo Monteiro¹¹⁴ e José Luís Cardoso sobre o liberalismo na década de vinte¹¹⁵.

Como tem sido sublinhado o processo constitucional português acabou por acelerar o movimento de independência do Brasil. As ideais de revolução e de independência despontaram no seio de uma cultura política comum. Todavia, as linguagens da identidade e da diferença que marcaram o mundo ibero-americano nos anos iniciais de oitocentos remetem para raízes históricas e expressões políticas diferenciadas¹¹⁶.

No que tange ao direito constitucional, António Manuel Hespanha aprofundou, numa perspetiva eminentemente histórica e conceptual, as visões de conjunto anteriormente fixadas sobre a Constituição de 1822¹¹⁷ e Barbas Homem avaliou, numa perspetiva global, os modelos de constitucionalismo liberal¹¹⁸. Graças a investigações recentes de Vital Moreira e José Domingues conhecem-se melhor as fontes, o modo e a extensão do debate político-doutrinal que precedeu a Convocação das Cortes Constituintes¹¹⁹. A estes autores se devem outros trabalhos de revisão, síntese e fixação de fontes históricas evocativos do bicentenário da revolução de 1820¹²⁰.

No caso português, os conceitos de liberdade, regeneração e todo o léxico decorrente da revolução começaram por ser tratados no âmbito da linguística histórica por Telmo dos Santos Verdelho¹²¹. O trabalho pioneiro deste autor conheceu maior projeção com o desenvolvimento da história conceptual¹²². Este ramo especializado de estudo aponta para a superação da tradicional dicotomia «ideias» versus «atos» e para a valorização contextual dos discursos, conceitos e linguagens políticas¹²³. No campo da história conceptual comparada,

110. Araújo e Torgal, 2019; Lustosa e Vargues, 2022. No Brasil foram também publicados números especiais de diversas revistas, sendo de destacar: *Topoi*, 2022, vol. 23, nº. 51, <https://www.scielo.br/j/topoi/i/2022.v23n51/> e *Almanack*, vol. 30, 2022, <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/issue/view/834>

111. Subtil, 2020.

112. Stumpf e Monteiro, 2022.

113. Neves, 2022, pp. 261-292.

114. Monteiro, 2022, pp. 51-74.

115. Cardoso, 2022a; Cardoso, 2022b.

116. Silva, 1999; Neves, 2003; Castro, 2002; Jancsó, 2005; Neves e Ferreira, 2018; Pimenta, 2009.

117. Castro, 1986, pp. 597-651; Gomes da Silva, 1991; Miranda, 2001; Canotilho, 2002; Hespanha, 2004; Castro, Silva, Sarmento 2006; Rodrigues, 2012.

118. Homem, 2022, pp. 49-63.

119. Moreira e Domingues, 2021, Moreira e Domingues, 2022a; Moreira e Domingues, 2022b.

120. Moreira e Domingues, 2020a; Moreira e Domingues 2020b; Moreira e Domingues, 2020c.

121. Verdelho, 1981.

122. Proença 1990; Pereira, Carvalho e Ribeiro, 2012.

123. Sá e Melo Ferreira, 2008.

em época de revolução e independência, tem-se revelado de maior importância a avaliação transnacional do vocabulário político¹²⁴. O conceito de revolução, com toda a sua força disruptiva, não só tem história como temporalizou a história das nações contemporâneas no mundo iberoamericano. Associadamente, no caso português, o conceito de regeneração, funcionando como reserva crítica do passado, fez perdurar no tempo o impulso de mudança inaugurado pela revolução de 24 de agosto de 1820.

Em convergência com os sentidos impostos pelo léxico político contemporâneo, a dimensão significativa e criticamente exigente da historiografia foi um estímulo poderoso na comemoração do Bicentenário de Revolução de 1820 e da Constituição de 1822. Apesar dos condicionalismos impostos pela pandemia covid-19, estas efemérides têm sido assinaladas com importantes congressos científicos, publicações e exposições.

O livro que reuniu uma seleção de textos apresentados por especialistas nacionais e estrangeiros ao Congresso Internacional do Bicentenário que decorreu em Lisboa, na Assembleia da República e na Fundação Calouste Gulbenkian, entre os dias 11 e 13 de outubro de 2021, é bem demonstrativo do interesse que o tema ainda desperta em várias gerações de historiadores. Com grande amplitude temática, retomam-se nesta obra coletiva sólidas interpretações e abrem-se novas perspetivas historiográficas, cumprindo-se assim, plenamente, o objetivo reatualização científica em tempo de comemoração¹²⁵.

Num outro registo, o compromisso com a memória da revolução e o alvorecer da época contemporânea portuguesa serviu de esteio à bem documentada exposição que esteve patente na Casa do Infante, no Porto, entre fevereiro de 1820 e janeiro de 1821, e cujo livro-catálogo foi criteriosamente elaborado por José Manuel Lopes Cordeiro¹²⁶.

No Porto, «cidade liberal» e berço da revolução, cuja trajetória histórica Jorge Alves analisou¹²⁷, realizaram-se uma série de colóquios e conferências ao longo do ano de 2020. Por iniciativa da Câmara Municipal e da Universidade do Porto, teve lugar, em novembro, um Congresso Comemorativo do Bicentenário da Revolução Liberal de 1820, dedicado ao tema de «A construção da(s) Liberdade(s)», cujas atas foram editadas em 2022¹²⁸.

Merece ainda especial destaque a primeira grande obra dedicada à história da instituição parlamentar portuguesa que foi coordenada por Pedro Tavares de Almeida e que acaba de ser publicada, no âmbito das comemorações do Bicentenário do Constitucionalismo Português, pela Assembleia da República, com o título *O Parlamento Português*¹²⁹. Entre as que se aguardam com justificada expectativa encontra-se o *Dicionário Crítico da Revolução Li-*

124. Fernández Sebastián, 2009; Fernández Sebastián, 2014; Fernández Sebastián, 2021.

125. Pereira, Araújo, Alves, Alves, Cardoso e Lousada, 2022.

126. Cordeiro, 2020.

127. Alves, 2010.

128. AA. VV., 2022a.

129. Dos 4 volumes publicados – para os períodos compreendidos entre o Antigo Regime e a Democracia – saliento, pela sua importância para a compreensão do constitucionalismo vintista, o 1.º volume, subordinado ao título: *O Parlamento Português. Antigo Regime-Monarquia Constitucional*, 2023. Com a coordenação científica de Pedro Tavares de Almeida, tem também interesse o sítio permanente da Biblio-

beral que comporta seis partes consagradas respetivamente a acontecimentos; atores; ideias; instituições e dinâmicas sociais; intérpretes; memorialistas e historiadores; e comparações internacionais.

Em suma, os caminhos historiográficos evocados apontam, inequivocamente, para um conjunto vasto e complexo de objetos, métodos e interpretações em torno da revolução de 1820. O retorno da disciplina histórica sobre si mesma, impondo o confronto de resultados da história passada com as possibilidades atuais de renovação historiográfica, inscreve-se, desde modo, num exercício crítico de indagação tão útil quanto necessário.

teca Nacional, *Materiais para a história eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926*, <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/idurl/1/255003>

Bibliografia

- AA. VV. (1992). *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil*. Actas do Colóquio de novembro de 1989. Universidade do Porto.
- AA. VV. (2009). *O Porto e as Invasões Francesas, 1809-2009*. Público-Câmara Municipal do Porto, 4 vols.
- AA. VV. (2022a) *A Construção da(s) Liberdades*. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Revolução Liberal de 1820. Universidade do Porto.
- AA. VV. (2022b). *José da Silva Carvalho e o Bicentenário da Revolução Liberal de 1820, Atas de Colóquios*. Edições Esgotadas.
- AA. VV. (2022c). *As Singularidades da Independência do Brasil*. Fundação Alexandre de Gusmão e Instituto Camões.
- Albuquerque, Rui (2020). *1820: O Liberalismo em Portugal*. Alêtheia Editores.
- Alexandre, Valentim. (1993). *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Edições Afrontamento.
- Almeida, Pedro Tavares de (coord.). *Materiais para a história eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926*. <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/idurl/1/255003>.
- Almeida, Pedro Tavares de (coord.) (2023). *O Parlamento Português. Antigo Regime-Monarquia Constitucional*, vol. 1. Assembleia da República.
- Alves, Daniel (2012). *Os dízimos no final do Antigo Regime: aspetos económicos e sociais (Minho 1820-1834)*. Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.
- Alves, Jorge Fernandes (2010). *História do Porto*, vol. 10, *A cidade Liberal. Da revolução à estabilização do regime*. QuidNovi.
- Alves, José A. dos Santos (1992). *Ideologia e Política na Imprensa de Exílio “O Portuguez” (1814-1826)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Alves, José A. dos Santos (2000). *A opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Universidade Autónoma de Lisboa.
- Alves, José A. dos Santos (2013). *Glória, Memória e Mito: Periodismo vintista (1820-1823)*. Media XXI.
- Araújo, Ana Cristina (1984). *Prática Política e Projecto Revolucionário, José Joaquim Ferreira de Moura (1808-1823)*. Faculdade de Letras [ed. mimeo].
- Araújo, Ana Cristina (1985). Revoltas e ideologias em conflito durante as Invasões Francesas. *Revista das História das Ideias*, 7 (2), pp. 7-90.
- Araújo, Ana Cristina (1986). Afrancesados e unionistas ibéricos em Portugal (1808-1820). *Estudios de Historia Social*, 36-37, pp. 267-274.
- Araújo, Ana Cristina (1992). O Reino Unido, Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822). *Revista de História das Ideias*, 14, pp. 233-261.
- Araújo, Ana Cristina (2008). Opinião Pública, 1750-1850. *Ler História*, 55, pp.125-139.
- Araújo, Ana Cristina (2012). Ricardo Raimundo Nogueira, *Memórias Políticas – Memória das coisas mais notáveis que se trataram nas conferências do governo (1810-1820)*, estudo e edição. Imprensa da Universidade.
- Araújo, Ana Cristina e Torgal, Luís Reis (coords.) (2019). Liberalismos. *Revista de História das Ideias*, 2ª série, 37, https://doi.org/10.14195/2183-8925_37.
- Araújo, Ana Cristina (2021). Confluencias políticas en el trienio liberal: el proceso de la revolución portuguesa de 1820 y el modelo constitucional gaditano. *Historia y Política: Ideas, Procesos y Movimientos Sociales*, nº 45, pp. 53-83, <https://doi.org/10.18042/hp.45.03>.

- Araújo, Ana Cristina (2022a). *Resistência Patriótica e Revolução Liberal 1808-1820*. Imprensa da Universidade, <https://doi.org/10.14195/978-989-26-2187-6>.
- Araújo, Ana Cristina e Silva, Diana Tavares da (2022b). As sociedades patrióticas portuguesas: sociabilidade e intervenção política no triénio liberal (1820-1823), *Almanack*, 30, <http://doi.org/10.1590/2236-463330ed00222>.
- Arriaga, José de (1886-1889). *História da Revolução Portuguesa de 1820. 4 vols.* Livraria Portuense Lopes & C.^a. Editores.
- Azevedo, Julião Soares de (1944). *Condições económicas da Revolução portuguesa de 1820*. Empresa Contemporânea de Edições.
- Barros, João de (2001). *A Revolução de 1820. A sua obra e os seus homens*. Edições Caixotim.
- Boisvert, Georges (1973). *João Bernardo da Rocha Loureiro. Memoriais a Dom João VI*, (edition et commentaire). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Boisvert, Georges (1982). *Um Pionnier de la Propagande Liberale au Portugal: João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Calasans, José (1959). *Os vintistas e a Regeneração económica de Portugal*. A. Artes e Letras.
- Câmara, Benedita Cardoso (1989). *Do Agrarismo ao Liberalismo. Francisco Soares Franco: um pensamento crítico*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Campos, Fernando (1931-1933). *O pensamento contra-revolucionário em Portugal no século XIX*. 2 vols. José Fernandes Júnior.
- Canal, Jordi (org.) (2017). *Historia Contemporánea de España*, vol. I (1808-1931). Penguin Random House.
- Canotilho, Joaquim J. Gomes (2002). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Almedina [6^a edição revista].
- Capela, José Viriato; Matos, Henrique e Borralheiro, Rogério (2008). *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*. Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho.
- Cardoso, António Monteiro (2007). *A Revolução Liberal em Trás os Montes. O Povo e as Elites*. Edições Afrontamento.
- Cardoso, José Luís (1991). A legislação económica do vintismo. Economia política e política económica nas Cortes Constituintes. *Análise Social*, XXVI (112/113), pp. 471-488.
- Cardoso, José Luís (2001). Nas malhas do império: a economia política e a política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. En José Luís Cardoso (ed.) *A Economia Política e os Dilemas do Império Luso-Brasileiro (1820-1822)*, (pp. 65-109). CNCDDP.
- Cardoso, José Luís (2019). *A Revolução Liberal de 1820*. Clube do Colecionador dos Correios.
- Cardoso, José Luís (2020a). *Manuel Fernandes Tomás. Ensaio Histórico-Biográfico*. Nova Edição: Almedina, [1^a. ed. 1983].
- Cardoso, José Luís (2020b). *Manuel Fernandes Tomás. Escritos Políticos e Discursos Parlamentares (1820-1822)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Cardoso, José Luís (2021). *O Banco de Lisboa e a Revolução Liberal de 1820*. Banco de Portugal.
- Cardoso, José Luís (2022a). A revolução de 1820: guião de uma revolução inacabada. *Almanack*, vol. 30, <http://doi.org/10.1590/2236-463330ed00422>.
- Cardoso, José Luís (2022b). Sensibilidades políticas do vintismo, *Ler História*, 81, pp. 165-184.
- Cardoso, José Luís; Monteiro, Nuno Gonçalo e Serrão, José Vicente (orgs.) (2010). *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*. Imprensa de Ciências Sociais.

- Carneiro, Manuel Borges (2017). *Portugal Regenerado em 1820. Parábolas Acrescentadas ao Portugal Regenerado*. Introdução e organização de Zília Osório de Castro. Edições Húmus.
- Carvalho, Joaquim de (1930). *História do Regime Republicano em Portugal*, vol. 1. Ática.
- Carvalho, Joaquim de (1949). Manuel Fernandes Tomás, Jurisconsulto. *Revista Guimarães*, 59 (1-2), pp. 159-175.
- Castro, Zília Osório de (1977). Manuel Borges Carneiro e a Teoria do Estado Liberal. *Revista de História das Ideias*, 1, pp. 119-157.
- Castro, Zília Osório de (1978). A sociedade e soberania. Doutrina de um vintista. *Revista de História das Ideias*, 2, pp. 171-230.
- Castro, Zília Osório de (1986). Constitucionalismo Vintista: Antecedentes e Pressupostos. *Cultura, História e Filosofia*, V, pp. 597-651.
- Castro, Zília Osório de (1990). *Cultura e Política. Manuel Borges Carneiro e o Vintismo*, 2 vols. Instituto Nacional de Investigação Científica,
- Castro, Zília Osório de (1991a). Constitucionalismo vintista - Constitucionalismo setembrista. En *150 anos da Revolução de Setembro. 1836-1986* (pp. 165-187). Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico Cultural de Santarém.
- Castro, Zília Osório de (1993). A Independência do Brasil na Imprensa Portuguesa (1822-1823). *Revista de História das Ideias*, 15, pp. 663-679.
- Castro, Zília Osório de (1996a). Soberania e Política. Teoria e prática do vintismo. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 8, pp. 183-213.
- Castro, Zília Osório de (dir.) (1996b). *Lisboa 1821. A cidade e os políticos*. Livros Horizonte.
- Castro, Zília Osório de (1999a). O pré-constitucionalismo em Portugal. Ideias e factos. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 11, pp. 389-399.
- Castro, Zília Osório de (1999b). Liberdade e poder. Garantias vintistas de liberdades individuais. En *New lights on the Peninsular war. International Congress on the Iberian Peninsula, Selected Papers 1780-1840* (pp. 357-365), s.l., The British Historical Society of Portugal.
- Castro, Zília Osório de (dir.) (2002a). *Dicionário do Vintismo e do Cartismo (1821-1823 e 1826-1828)*, coord. Isabel Cluny e Sara Marques Pereira. Assembleia da República-Edições Afrontamento, 2 vols.
- Castro, Zília Osório de (org.) (2002b). *Portugal e Brasil – debates parlamentares, 1821-1836*. Assembleia da República.
- Castro, Zília Osório de (2003). Tradicionalismo versus Liberalismo. Pensar a Contra-Revolução. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, 16, pp. 83-103.
- Castro, Zília Osório de; Rodrigues da Silva, Joaquim e Sarmiento, Cristina Montalvão (eds.) (2006). *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*. Instituto Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Castro, Zília Osório de (2019). Arco-Iris Liberal. *Revista de História das Ideias*, 37 (2), pp. 33-53.
- Catroga, Fernando (1996). História e Ciências Sociais em Oliveira Martins. En Luís Reis Torgal, José M. Amado Mendes e Fernando Catroga. *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX* (pp. 117-126). Círculo de Leitores.
- Catroga, Fernando (2008a). A Constitucionalização da virtude cívica os seus ecos nas Cortes vintistas. *Revista de História das Ideias*, 29, pp. 275-345.
- Catroga, Fernando (2008b). Os pais da pátria liberal, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 8, pp. 235-280.

- Cerezales, Diego Palacios (2022). La utopia peticionária. Derecho de petición y gobierno representativo durante la era de la revolución. En Miriam Halpern Pereira, Ana Cristina Araújo, Daniel Alves, Jorge Fernandes Aves, José Luís Cardoso, Maria Alexandre Lousada e Zília Osório de Castro, (orgs.). *A Revolução de 1820. Leituras e Impactos* (pp. 97-113). Imprensa de Ciências Sociais.
- Cordeiro, José Manuel Lopes (2020). *1820. Revolução Liberal do Porto*. Câmara Municipal do Porto.
- Correia, José E. da Horta (1974). *Liberalismo e Catolicismo. O problema congreganista (1820-1823)*. Universidade de Coimbra.
- Costa, Fernando Dores (2008). Franceses e ‘jacobinos’. Movimentações ‘populares’ e medidas de polícia em 1808 1809. Uma ‘irrupção patriótica’? *Ler História*, 54, pp. 95-132.
- Costa, Fernando Dores (2010). *Insubmissão. A aversão ao serviço militar em Portugal no século XVIII*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Costa, Fernando Marques da (2018). *A maçonaria entre a força e o cacete, entre o mito e a realidade (1807-1834)*. Campo da Comunicação.
- Costa, Fernando Marques da; Domingues, Francisco Contente e Monteiro, Nuno Gonçalo (orgs.) (1989). *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Vega.
- Costa, José. Raposo (1976). *A Teoria da Liberdade. Período de 1820 a 1823*. Universidade de Coimbra.
- Cruz, Miguel Dantas da (2022). O movimento peticionário do primeiro liberalismo português e a parlamentarização da vida política em Portugal. *Almanack*, 30, pp. 1-27.
- Dias, Augusto da Costa (1966). *Discursos sobre a liberdade de imprensa, 1821*. Portugalia Editora.
- Dias, José Henriques R. (1988). *José Ferreira Borges. Política e Economia*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Dias, José Sebastião e Graça da Silva (1980). *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*. Instituto Nacional de Investigação Científica, 2 vols.
- Eiras Roel, Antonio (1963). La política hispano portuguesa en el Trienio Constitucional. *Hispania - Revista española de historia*, 23 (91), pp. 401-454.
- Faria, Ana Leal, Amorim M. A. (coord.) (2011). *O reino sem Corte 1807-1821*. Tribuna da História.
- Faria, Ana Mouta (1989). A condição do clero português durante a primeira experiência de implantação do liberalismo: as influências do processo revolucionário francês e seus limites. *Revista Portuguesa de História*, XXIII, pp. 301-331.
- Faria, Ana Mouta (1992). A hierarquia episcopal e o vintismo. *Análise Social*, XXVII (116-117), pp. 285-328.
- Faria, Ana Mouta (2006). *Os liberais na estrada de damasco: clero, igreja e religião numa conjuntura revolucionária (1820-1823)*. Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Fernández Sebastián, Javier (dir.) (2009). *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano. Conceptos Políticos en la Era de las Revoluciones, 1750-1850, [Iberconceptos I]*. Fundación Carolina – Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Fernández Sebastián, Javier (dir.) (2014). *Diccionario Político y Social del Mundo Iberoamericano. Conceptos Políticos en la Era de las Revoluciones, 1770-1870, [Iberconceptos II]*. Fundación Carolina – Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Fernández Sebastián, Javier (dir.) (2021). *Historia Conceptual en el Atlántico ibérico. Lenguajes, tiempos, revoluciones*. Fondo de Cultura Económica.
- Ferreira, Fátima Sá e Melo (coord.) (2008). História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro. 1750-1850. *Ler História*, 55, <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2178>.

- Ferreira, Fátima Sá e Melo (s.d.). Silbert, Albert, *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo*, coord. S. C. Matos. Recuperado el 30 de mayo, 2023, de <https://dichp.bnportugal.gov.pt/>.
- Ferreira, João Pedro R. (1992). *O jornalismo na emigração. Ideologia e política no Correio Braziliense (1808-1822)*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- França, José-Augusto (1974) *O Romantismo em Portugal: estudo de factos socioculturais*. 6 vols. Livros Horizonte.
- Garrett, Almeida (s.d.). *Portugal na Balança da Europa*. Livros Horizonte.
- Gotteri, Nicole (2006). *Napoleão e Portugal*. Teorema.
- Halpern Pereira, Miriam; Ferreira, Fátima Sá e Melo e Serra, João (coord.) (1982). *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*. Sá da Costa.
- Hespanha, António Manuel (2004). *Guiando a Mão Invisível. Direitos, Estado e Lei no Liberalismo Monárquico Português*. Almedina.
- Homem, António Barbas (2022). Modelos de Constitucionalismo liberal. Em Miriam Halpern Pereira, Ana Cristina Araújo, Daniel Alves, Jorge Fernandes Alves, José Luis Cardoso, Maria Alexandre Lousada, Zília Osório de Castro (orgs.). *A Revolução de 1820. Leituras e Impactos*, (pp. 49-63). Imprensa de Ciências Sociais.
- Honório, Cecília (2009). *Manuel Fernandes Tomás 1771-1822*. Assembleia da República-Texto Editores.
- Isabella, Maurizio (2009). *Risorgimento in Exile: Italian Émigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era*. Oxford University Press.
- Isabella, Maurizio (2023). *Southern Europe in the age of revolutions*. Princeton University Press.
- Jancsó, Istvan (org.) (2005). *Independência: História e Historiografia*. Hucitec.
- Lousada, Maria Alexandre (1987). *O Miguelismo (1828-1834): o discurso político o apoio da nobreza titulada*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, [ed. mimeo].
- Lousada, Maria Alexandre e Ferreira, Fátima Sá e Melo (2006). *D. Miguel*. Círculo de Leitores.
- Lustosa, Isabel e Isabel Vargues (coord.) (2022). Imprensa, Independência e Constituição. *Revista de História das Ideias*, 2ª série, 40. https://doi.org/10.14195/2183-8925_40.
- Macedo, Jorge Borges de (1995). Manuel Fernandes Tomás – do regional ao nacional. Análise crítica de uma estratégia de mudança. En *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos de Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*, vol. II, (pp. 545-589). Colibri.
- Machado, Adelaide Vieira (2019). *A Importância de se Chamar Português: José Liberato de Carvalho na direção do 'Investigador Português em Inglaterra', 1814-1819*. Lema d'Origem Editora.
- Machado, Fernando Augusto (1993). *Almeida Garrett e a introdução do pensamento educacional de Rousseau em Portugal*. Asa.
- Machado, Fernando Augusto (2023). *Estudos sobre Almeida Garrett. Ideários e percursos*. Uminho Editora.
- Manuel Fernandes Tomás, Catálogo da Exposição, Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás* (1983). Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás.
- Marques, António Henrique de Oliveira (1988). *Ensaios de Historiografia Portuguesa*. Palas Editores.
- Marques, António Henrique de Oliveira (1990). *História da Maçonaria em Portugal. Das origens ao triunfo*, vol. I. Editorial Presença.
- Martins, Ana Canas (2007). *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*. Ministério da Cultura.
- Martins, Joaquim P. Oliveira (1881). *Portugal Contemporâneo*. Livraria Universal.

- Matos, Sérgio Campos (1998). *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*. Colibri.
- Matos, Sérgio Campos (2012). Historiografia e intervenção cívica no século XIX: de Herculano à I República. En Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (orgs.) *Historiografia e Memórias. Séculos XIX – XXI* (pp. 153-166). Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Matos, Sérgio Campos (s. d.). Azevedo, Julião Soares de. *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo* (coord.) Sérgio Campos Matos. Recuperado el 30 de mayo, 2023, de <https://dichp.bnportugal.gov.pt/>.
- Mendes, José M. Amado (1996). Para uma nova visão da história de Portugal: o Dicionário de Joel Serrão e a História de Portugal de Oliveira Marques. En Luís Reis Torgal, José M. A. Mendes, Fernando Catroga. *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX* (pp. 318-324). Círculo de Leitores.
- Miranda, Jorge (2001). *O Constitucionalismo liberal luso-brasileiro*. CNCDDP.
- Mogarro, Maria João (1990). *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*. Livros Horizonte.
- Moliner Prada, Antonio (2010). O olhar mútuo: Portugal e Espanha na Guerra Peninsular (1807-1814). En José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão (orgs.), *Portugal, Brasil e Europa Napoleónica* (pp. 109-138). Imprensa de Ciências Sociais.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (1989). L'Historiographie de la Révolution libérale au Portugal: perspectives recentes. En *La Recherche en Histoire du Portugal* (pp. 57-65). CEP-EHESS/ SFHP.
- Monteiro, Nuno Gonçalo (2022). El liberalismo portugués en la década de 1820: colapso imperial y reformas civiles. Em Ivana Frasquet, Josep Escrig Rosa y Encarna García Monerris (eds.), *El Trienio Liberal y el Espacio Atlántico. Diálogos entre dos mundos* (pp. 51-74). Marcial Pons.
- Monteiro, Ofélia Paiva (1971). *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Criação*. 2 vols. Universidade de Coimbra,
- Moreira, Vital e Domingues, José (2020a). *Há Constituição em Coimbra. No Bicentenário da Revolução Liberal*. Câmara Municipal de Coimbra.
- Moreira, Vital e Domingues, José (2020b). *No Bicentenário da Revolução Liberal. Da Revolução à Constituição. 1820-1822*. Porto Editora.
- Moreira, Vital e Domingues, José (2020c). *No Bicentenário da Revolução Liberal. Os 40 dias que mudaram Portugal*. Porto Editora.
- Moreira, Vital e Domingues, José (2021a). *Para a História da Representação Política em Portugal. A Consulta Pública de 1820 sobre as Cortes Constituintes*. Assembleia da República.
- Moreira, Vital e Domingues, José (2021b). *Vida e Obra Política de José Ferreira Borges*. Porto Editora.
- Moreira, Vital e Domingues, José (2022a). *Para a História da Representação Política em Portugal. As Primeiras Eleições Parlamentares, 1822, Círculo Eleitoral de Arcos de Valdevez*. Assembleia da República.
- Moreira, Vital e Domingues, José (Coord.) (2022b). «De Súbditos a Cidadãos» – *A conquista da cidadania. Do Vintismo à atualidade*. Universidade Lusíada Editora.
- Moreira, Vital e Domingues, José (2023). *A contrarrevolução antiliberal de 1823: A vindicta absolutista contra o sistema político-constitucional vintista*. Universidade Lusíada Editora.
- Neves, Lúcia Bastos Pereira das (2003). *Corcundas e Constitucionais. A Cultura Política da Independência (1820-1822)*. Editora Revan.
- Neves, Lúcia Bastos Pereira das (2008). *Napoleão Bonaparte. Imaginário e Política em Portugal c.1808-1810*. Alameda.

- Neves, Lúcia Bastos Pereira das (2022). Hace Doscientos Años: Controversias y cuestiones sobre la(s) Independencias de Brasil. En Ivana Frasquet, Josep Escrig Rosa y Encarna García Monerri (eds.), *El Trienio Liberal y el Espacio Atlántico. Diálogos entre dos mundos* (pp. 261-292). Marcial Pons.
- Neves, Lúcia Bastos Pereira das; Ferreira, Fátima Sá e Melo e Neves, Guilherme Pereira das (org.) (2018). *Linguagens da Identidade e da Diferença no Mundo Ibero-Americano (1750-1890)*. Paco Editorial.
- Nunes, Maria de Fátima (1988). *O Liberalismo Português: ideários e ciências. O universo de Marino Miguel Franzini*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Oliveira, Luísa Tiago de (1992). *A Saúde Pública no Vintismo*. Sá da Costa.
- Paquette, Gabriel (2013). *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge University Press.
- Pedreira, Jorge (2021). O Colapso do Império e a Revolução liberal, 1808-1834. En António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro (eds.) *História Económica Contemporânea. Portugal:1808-2000* (pp. 15-67). Fundación Mapfre/ Editora Objectiva.
- Pedreira, Jorge e Costa, Fernando Dores (2006). *D. João VI, O Clemente*. Círculo de Leitores.
- Pereira, Ângelo (1955). *A bastarda*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Pereira, Ângelo (1956). *A independência do Brasil*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Pereira, Ângelo (1956). *D. João VI, Príncipe e Rei, A retirada da família real para o Brasil (1807): com revelação de documentos secretos e inéditos sobre este grande acontecimento*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Pereira, Ângelo (1958). *Os últimos anos de um reinado tormentoso*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Pereira, António Joaquim da Silva (1977). O tradicionalismo vintista e o Astro da Lusitânia. *Revista de História das Ideias*, 1, pp. 179-204.
- Pereira, António Joaquim da Silva (1978). Estado de Direito e Tradicionalismo liberal. *Revista de História das Ideias*, 2, pp. 119-161.
- Pereira, José Esteves (1974). *Silvestre Pinheiro Ferreira. O seu pensamento político*. Universidade de Coimbra.
- Pereira, José Esteves (1983). *O Pensamento Político em Portugal no século XVIII. António Ribeiro dos Santos*. Imprensa Nacional.
- Pereira, Miriam Halpern (1983). A Crise de Estado de Antigo Regime: alguns problemas conceptuais e de cronologia. *Ler História*, 2, pp. 3-14.
- Pereira, Miriam Halpern (1992). *Negociantes, Artesãos entre Velhas e Novas Instituições*. Sá da Costa.
- Pereira, Miriam Halpern (1994). A historiografia contemporânea sobre o século XIX. En Miriam Halpern Pereira *Das revoluções liberais ao Estado Novo* (pp. 228-255). Editorial Presença.
- Pereira, Miriam Halpern (2000a). Del Antiguo Régimen al Liberalismo (1807-1842). *Ayer*, 37, pp. 39-64.
- Pereira, Miriam Halpern (2020b). *Sob o signo da Revolução de 1820: Economia e Sociedade*. Assembleia da República.
- Pereira, Miriam Halpern e Araújo, Ana Cristina, (coord.) (2018). *Gomes Freire e as Vésperas da Revolução de 1820. Colóquio Internacional do Bicentenário*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Pereira, Miriam Halpern et al. (coord.) (1989). *Obras Completas de Mouzinho da Silveira*. Fundação Calouste Gulbenkian.

- Pereira, Miriam Halpern; Araújo, Ana Cristina; Alves, Daniel; Aves, Jorge Fernandes; Cardoso, José Luís; Lousada, Maria Alexandre e Castro, Zília Osório de (orgs.) (2022). *A Revolução de 1820. Leituras e Impactos*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Pereira, Miriam Halpern; Carvalho, José Murilo de; Vaz, Maria João e Ribeiro, Gladys Sabina (orgs.) (2012). *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Centro de Estudos de História Contemporânea, ISC-TE-IUL.
- Pereira, Sara Marques (2002). Manuel Fernandes Tomás 1771-1822. En Zília Osório de Castro (dir.) *Dicionário do Vintismo e do Primeiro Cartismo (1821- 1823 e 1826-1828)*, vol. II (pp. 812-82). Assembleia da República-Edições Afrontamento.
- Pimenta, João Paulo (2009). The Independence of Brazil: a review of recente historiographic production, *E-journal of Portuguese History*, 7 (1), pp. 1-21.
- Pina, Ana Maria (2003). *A Quimera do Ouro, os intelectuais Portugueses e o Liberalismo*. Celta Editora.
- Pina, Ana Maria (2012). Monárquicos e republicanos e as narrativas das revoluções liberais no ocaso do século XIX. En Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João, (orgs.), *Historiografia e Memórias. Séculos XIX – XXI* (pp. 143-152). Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pina, Ana Maria (s. d.). Arriaga, José de. En *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Estado Novo*, coord. S. C. Matos. Recuperado el 30 de mayo de 2023, de <https://dichp.bnportugal.gov.pt/>.
- Pinheiro, Magda (1985). Entrevista a Albert Silbert. *Ler História*, 5, pp. 119-126.
- Pinheiro, Magda (1992a). Luís Mouzinho de Albuquerque. Um intelectual na revolução. Quetzal Editora.
- Pinheiro Magda (1992b). *Os Portugueses e as Finanças no Dealbar do Liberalismo*. Sá da Costa.
- Pinheiro, Magda (2000). *O Liberalismo nos Espaços Públicos. A memória das revoluções liberais através dos monumentos que a celebram*. Celta Editora.
- Pinto, António Costa e Monteiro Nuno, Gonçalo (dir.) (2013). *História Contemporânea de Portugal*, vol. 1, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Editora Objectiva/ Fundación Mapfre.
- Proença, Maria Cândida (1990). *A Primeira Regeneração. O conceito e a experiência nacional (1820-1823)*. Livros Horizonte.
- Radich, Maria Carlos (1982). Formas de organização política: sociedades patrióticas e clubes políticos, 1820-1836. En *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, vol. 2 (pp. 117-142). Sá da Costa.
- Ramos, Luís A. de Oliveira (1972). *O Cardeal Saraiva*. Universidade do Porto.
- Ramos, Luís A. de Oliveira (1980). *O Porto e as Origens do Liberalismo (Subsídios e Observações)*. Câmara Municipal do Porto.
- Ramos, Luís A. de Oliveira (1989). Le Portugal et la Révolution Française. En Luis A. De Oliveira Ramos e Christian Hermann (coords.) *Les Révolutions dans le monde ibérique (1766- 1834)*, vol. I, *La Péninsule*. Presses Universitaires de Bourdeaux.
- Ramos, Rui (2009). Idade Contemporânea (séculos XIX-XXI). Em Bernardo Rui Ramos e Nuno Gonçalo Monteiro Sousa, *História de Portugal* (pp. 439-478). Esfera dos Livros.
- Ramos, Rui e Monteiro, Nuno Gonçalo (2012). El liberalismo en Portugal en el siglo XIX. En J. Fernández Sebastián (coord.). *La aurora de la libertad. Los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano* (pp. 379-410). Marcial Pons.

- Ramos, Rui, Monteiro, Nuno Gonçalo Cardoso, José Luís e Silva, Isabel Corrêa da, (coord.) (2024). *Dicionário Crítico da Revolução Liberal*. D. Quixote.
- Revista de História das Ideias, 2ª série, 37, *Liberalismos* (2019), coord. A. C. Araújo e L. R. Torgal. https://doi.org/10.14195/2183-8925_37.
- Rodrigues, José Damião (coord.) (2012). *O Atlântico Revolucionário. Circulação de ideias e de leites no final de Antigo Regime*. Centro de História de Alem Mar.
- Rodrigues, Manuel Augusto (1980). Problemática religiosa em Portugal no século XIX no contexto europeu. *Análise Social*, XVI (61-62), pp. 407-428.
- Roque, João Lourenço e Santos, José Marinho dos (1977). A actuação da hierarquia eclesiástica albi-castrense no curso da revolução liberal, sep de *Biblos*, LIV, pp. 253-302.
- Sá, Victor de (1974). *A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. Seara Nova.
- Santos, Fernando Piteira (1962). *Geografia e Economia da Revolução de 1820*. Publicações Europa – América.
- Santos, Maria Helena Carvalho (1982). O Pensamento político de Rocha Loureiro (1773-1853). *Cultura História e Filosofia*, 1, pp. 469-537.
- Santos, Maria José Moutinho dos (1998). *A Sombra e a luz. As prisões do Liberalismo*. Edições Afrontamento.
- Sardica, José Miguel (2011). *A Europa Napoleónica e Portugal. Messianismo revolucionário, política, guerra e opinião pública*. Tribuna da História.
- Sérgio, António (1981). *Ensaio*, t. V. Livraria Sá da Costa.
- Serrão, Joel (1970). *A Antologia do Pensamento Político Português/1 – Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*. Editorial Inova.
- Serrão, Joel (1971). Vintismo (1820-1823). En Joel S Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editoriais.
- Serrão, Joel, António H. de Oliveira Marques (2002). *Nova História de Portugal*, vol. 9. Editoria Presença.
- Silbert, Albert (1966). *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime - XVIII e - début du XIX e siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée*. 2 vols. SEVPEN.
- Silbert, Albert (1968). *Le problème agraire portugais au temps des premières Cortès libérales (1821-1823)*. Fondation Calouste Gulbenkian.
- Silbert, Albert (1972). *Do Portugal do Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. Livros Horizonte.
- Silbert, Albert (1998). *Portugal na Europa Oitocentista*. Edições Salamandra.
- Silva, André Mansuy-Dinis da (2002-2006). *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. 2 vols. Fondation Calouste Gulbenkian.
- Silva, António Malheiro da (1993). *Miguelismo. Ideologia e Mito*. Livraria Minerva.
- Silva, Diana Tavares da (2022). A sociedade Literária patriótica de Lisboa (1820-1823). Contributos para a cultura política do vintismo. Em Miriam Halpern Pereira, Ana Cristina Araújo, Daniel Alves, Jorge Fernandes Alves, José Luis Cardoso, Maria Alexandre Lousada, Zília Osório de Castro (orgs.). *A Revolução de 1820. Leituras e Impactos*, (pp. 141-156). Imprensa de Ciências Sociais.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1975). *Silvestre Pinheiro Ferreira. Ideologia e Teoria*. Livraria Sá da Costa.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (1999). *A Cultura Luso-Brasileira. Da Reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Editorial Estampa.

- Silva, Nuno J. Espinosa Gomes da (1991). *História do Direito Português. Fontes de Direito*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silveira, Luís Espinha da (1987). Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas nas primeiras décadas do século XIX (1800-1827). *Análise Social*, XXIII (97), pp. 505-529.
- Soares, Mário (1971). Constituição de 1822. En Joel Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*. Iniciativas Editoriais.
- Soriano, Simão J. da Luz (1882). *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal Compreendendo a História Diplomática, Militar e Política deste Reino desde 1777 até 1834*, t. II (I). Imprensa Nacional.
- Sousa, Maria L. Machado de (1988). *Um ano de diplomacia luso-americana. Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sousa, Paulo Silveira e (2023). *Almeida Garrett. Uma biografia política e parlamentar*. Assembleia da República.
- Stumpf, Roberta e Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.) (2022). *1822. Das Américas portuguesas ao Brasil*. Casa das Letras.
- Subtil, José (1986). *O vintismo e a criminalidade: 1820-1823*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [ed. mimeo].
- Subtil, José (1994). A Comissão de Justiça Criminal e as Cortes Constituintes e Ordinárias (1821-1823), *Anais Série História I*, pp. 169-249.
- Subtil, José (2019). *Cadernos do Arquivo Municipal, A Revolução Liberal e a Monarquia Constitucional*. <https://cadernosarquivo.cm-lisboa.pt/index.php/am/issue/view/4>.
- Subtil, José (2022). Liberdade e justiça popular. O caso da lei da liberdade de imprensa (1820-1822). *Revista de História das Ideias*, 40- 2ª série, pp. 57-79.
- Tengarrinha, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª ed. revista e aumentada. Caminho [1ª. ed. 1965].
- Tengarrinha, José (1994). *Movimentos populares agrários em Portugal*. 2 vols. Europa-América.
- Tengarrinha, José (1997). La Historiografía Portuguesa en los últimos veinte años. En Celso Almuiña (ed.), *La Historia en el 96* (pp. 19-63). Marcial Pons.
- Tengarrinha, José (2003). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida. Uma exploração no interior da repressão á imprensa periódica de 1820-1828*. Colibri.
- Tengarrinha, José (2011). La batalla de las ideas: conservadores y reformistas en Portugal (1808-1810). En Pedro Rújula e Jordi Canal (eds.) *Guerra de ideas. Política y cultura en la España de la Guerra de la Independencia* (pp. 57-72). Marcial Pons.
- Tengarrinha, José (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*. Temas e Debates-Círculo de Leitores.
- Tomás, Manuel Fernandes (1974). *A Revolução de 1820*. Recolha, prefácio e notas de José Tengarrinha. Seara Nova.
- Torgal, Luís Reis (1973). *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a acção de José da Gama e Castro*. Universidade de Coimbra.
- Torgal, Luís Reis (1996). A História em Tempo de Ditadura. En Luís Reis Torgal; José M. Amado Mendes e Fernando Catroga (eds.). *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX* (pp. 241-275). Círculo de Leitores.
- Torgal, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre (1984). *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*. Paisagem Editora.

- Valente, Vasco Pulido (1979). O “povo em armas” a revolta nacional de 1808-1809. *Análise Social*, XV (57), pp. 7- 48.
- Valente, Vasco Pulido (1997). *Os militares e a política (1820-1856)*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Vargues, Isabel Nobre (1981). Vintismo e radicalismo liberal. João Maria Soares Castelo Branco. *Revista de História das Ideias*, 3, pp. 177-215.
- Vargues, Isabel Nobre (1986). A revolução de 1820. Notas para o estudo do liberalismo português e da sua correlação peninsular. *Estudios de Historia Social*, 36-37, pp. 203-210.
- Vargues, Isabel Nobre (1991). Entre o exercício da cidadania política e a adopção do constitucionalismo. O papel da Universidade vintista. En *Universidades. História, Memória, Perspectivas - Actas do Congresso História da Universidade*, vol. V (pp. 207-262). Universidade de Coimbra.
- Vargues, Isabel Nobre (1993). O processo de formação do primeiro movimento liberal – a Revolução de 1820. En José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. V (pp. 47- 63). Círculo de Leitores.
- Vargues, Isabel Nobre (1997). *A Aprendizagem da Cidadania em Portugal (1820-1823)*. Livraria Minerva.
- Ventura, António (2010). Iconografía Portuguesa sobre la Independencia Española. Em Emilio La Parra López (ed.) *La guerra de Napoleón en España. Reacciones, imágenes, consecuencias* (pp. 285-301). Casa Velázquez y Universidad de Alicante.
- Ventura, António (2013). *Uma História da Maçonaria em Portugal*. Círculo de Leitores.
- Ventura, António e Sousa, Maria L. Machado (coord.) (2007). *Guerra Peninsular. 200 anos depois*. Biblioteca Nacional de Portugal.
- Verdelho, Telmo Santos (1981). *As Palavras e as Ideais na Revolução Liberal de 1820*. Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Vicente, António Pedro (2000). *O tempo de Napoleão em Portugal: estudos históricos*. Comissão Portuguesa de História Militar.
- Victor, Jayme (1883). *Heróis de 1820*. Tipografia Minerva Central.
- Vieira, Benedita M. Duque (1992a). *Justiça Civil na Transição para o Estado Liberal*. Sá da Costa.
- Vieira, Benedita M. Duque (1992b). *O Problema Político Português no Tempo das Primeiras Cortes Liberais*. Sá da Costa.
- Vieira, Benedita M. Duque (2020). *Liberdade e Justiça. Sob o Signo da Revolução de 1820*. Edições Colibri.